



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 12 de março de 2012

A CRITICA Buracos em ruas de Manaus causam transtornos a moradores.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Só 6 produtos representam 47% do que o Brasil exporta	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma recebe sindicalistas no Planalto e retoma diálogo.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Queda do juro forçará novo acordo da dívida de Estados	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Exportação à Argentina já está em queda	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Fabricantes de semicondutores devem crescer menos em 2012, mostra pesquisa	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP A ministra e a biodiversidade :: Fabio Feldmann Consultor em sustentabilidade	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Entrevista Humberto Barbato	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Secretário da Rio+20 teme que crise e eleições afetem acordos	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GIRASSOL Ipem-TO irá debater nesta terça a certificação de produtos regionais	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Entidades da indústria de Manaus dizem que salários e condições são regulares	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Buracos em ruas de <u>Manaus</u> causam transtornos a moradores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Motoristas e pedestres aguardam por solução para o problema há semanas e já não sabem a quem recorrer para pedirem providências

Manaus, 11 de Março de 2012

ACRITICA.COM

Moradores apelam para autoridades e pedem providências em relação às ruas esburacadas da Cachoeirinha (Alessandro Michiles)


Moradores de residências localizadas na rua Marciano Armond, também conhecida como rua Belém, no bairro Cachoeirinha, Zona Sul de Manaus, reclamam de buracos que estão ficando cada vez maiores na via. O problema é pior no trecho localizado nas esquinas com a avenida Castelo Branco e rua Barcelos.

De acordo com os moradores, o problema se agravou depois de uma obra para implantação da rede de sistema de

esgoto sanitário. Os buracos aumentam com o excesso de água acumulado por conta da chuva e pela passagem de veículos pesados na via.

Os pedestres, principalmente estudantes e crianças, acabam tomando banho de lama acumulada nos buracos e também de pedrinhas que se soltam da camada que antecede o asfalto. Ainda de acordo com moradores, a espera por uma solução para o problema já dura três semanas.

O drama dos buracos que atrapalham o tráfego nas vias também é enfrentando por quem trafega nas ruas do **Distrito Industrial** de Manaus. A avenida Buriti, uma das principais vias de acesso para o Distrito e bairros vizinhos, está quase intransitável em alguns trechos.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Só 6 produtos representam 47% do que o <u>Brasil</u> exporta		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apenas seis grupos de produtos – minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café - representaram 47,1% do valor exportado pelo Brasil no ano passado. Em 2006, essa participação era de 28,4%. Esse aumento da dependência preocupa mais porque a China, o maior comprador das matérias-primas brasileiras, anunciou que reduziu sua meta de crescimento de 8% para 7,5% o ano. Esse novo crescimento chinês ainda é expressivo para qualquer país, mas, neste momento, cria um fato negativo para a cotação das commodities", diz o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro. Em fevereiro, o Índice de Preços de Commodities do Banco Central caiu 2,96% na comparação com janeiro e, em 12 meses, teve queda de 12,68%

Seis produtos são responsáveis por metade das exportações brasileiras

Minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café somaram 47% do valor exportado

Luiz Guilherme Gerbelli, de O Estado de S. Paulo

SÃO PAULO - O Brasil vem aumentando cada vez mais nos últimos anos sua dependência da exportação de matérias-primas. No ano passado, apenas seis grupos de produtos - minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja e carne, açúcar e café - representaram 47,1% do valor exportado. Em 2006, essa participação era de 28,4%.

Esse aumento da dependência ganha contornos ainda mais preocupantes porque o maior comprador atual das matérias-primas brasileiras passa por um momento de transição. Na semana passada, a China anunciou que vai perseguir uma meta de crescimento de 7,5% ao ano. A meta anterior era de 8% ao ano.

"Esse novo crescimento chinês ainda é expressivo para qualquer país, mas, nesse momento, cria um fato negativo para a cotação das commodities", diz o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. "Ao dizer que vai reduzir o ritmo de crescimento, a China diz, indiretamente, que vai comprar menos insumos."

Em dezembro, a entidade previu que o Brasil terá este ano um superávit de US\$ 3 bilhões, resultado bem inferior ao

saldo comercial de US\$ 29,7 bilhões do ano passado. "Mas houve uma melhora do cenário dos preços desde então", diz Castro.

De qualquer forma, o Índice de Preços de Commodities do Banco Central (IC-BR) já aponta um recuo na cotação das commodities. Em fevereiro, o indicador caiu 2,96% na comparação com janeiro e, no acumulado de 12 meses, teve queda de 12,68%.

"Essa tendência de queda só não é mais forte porque está havendo uma injeção global de recursos no mundo todo. Há uma expansão de crédito para economia mundial que não começou agora", diz Fábio Silveira, economista da RC Consultores. Apesar disso, ele estima um recuo de 10% no preço da soja, carne, açúcar e do café este ano. "O crescimento menor da China reafirma a perspectiva de baixa dos preços", afirma.

Meta de vendas

Entre 2006 e 2011, puxada pelas commodities, a receita de exportação do Brasil aumentou de US\$ 135,9 bilhões para US\$ 256 bilhões. Este ano, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) definiu US\$ 264 bilhões como a meta de exportação, valor 3,1% maior que o do ano passado.

Para Rodrigo Branco, economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), as exportações de commodities vão continuar dominando a pauta brasileira este ano. Ele ressalta, porém, que o saldo comercial do País deverá ser menor, porque, além do preço mais baixo das commodities, as importações devem permanecer em um patamar elevado.

"Estamos com uma demanda relativamente aquecida em relação ao resto do mundo, principalmente de bens de consumo duráveis", diz.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma recebe sindicalistas no Planalto e retoma diálogo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Movimentos sociais - Presidente faz sua terceira reunião com centrais

Fernando Exman

A presidente da República, Dilma Rousseff, retoma nesta semana o diálogo direto com as centrais sindicais. A reunião, na qual os representantes dos sindicatos deverão cobrar medidas de proteção à indústria nacional, aos trabalhadores, aos aposentados e aos servidores públicos, está agendada para a manhã desta quarta-feira.

O encontro deve ocorrer em meio à indefinição do substituto de Carlos Lupi à frente do **Ministério** do Trabalho e à rebelião do PDT que levou o partido a uma alta taxa de infidelidade em relação ao governo na votação do novo fundo de previdência dos servidores públicos.

Diferentemente do que ocorreu durante os governos do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, quando os sindicalistas eram frequentadores assíduos do Palácio do Planalto, esta será a terceira vez que os presidentes das centrais sindicais se reúnem com Dilma.

A primeira foi antes de a presidente viajar à China, e a outra foi quando Dilma encerrou uma reunião entre os sindicalistas e o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, após as centrais terem se recusado a participar do lançamento do programa **Brasil** Maior por não terem sido consultadas sobre as novas medidas de política industrial formuladas pelo Executivo.

É um momento de reaproximação, resumiu o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah.

Um dos principais alvos dos sindicalistas deve ser a política econômica do governo. Para eles, deve haver uma maior redução da taxa básica de juros a fim de diminuir o fluxo de capitais financeiros especulativos em direção ao Brasil.

Além disso, as centrais sindicais cobrarão da presidente mais medidas para combater os efeitos negativos da chamada guerra cambial no setor produtivo.

Para Patah, por exemplo, o patamar ideal da Selic é de 8% ao ano. Na semana passada, o Comitê de Política

Monetária do Banco Central (Copom) reduziu a taxa de juros em 0,75 ponto percentual, para 9,75% ao ano.

Há uma preocupação com a enxurrada de **dólares** e euros, que tende a agravar a situação principalmente de uma parcela da indústria, destacou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva, para quem o governo Dilma Rousseff deveria adotar medidas mais ousadas para combater os efeitos da crise financeira internacional.


Outros itens que constarão da pauta da reunião serão a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, a valorização das aposentadorias superiores a um salário mínimo, a regulamentação das regras de negociação coletiva do setor público e do trabalho terceirizado.

A CUT critica a omissão do **Governo Federal** em relação ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados sobre este último tema, o qual considera um retrocesso.

Precisamos regulamentar a terceirização, mas não por um projeto que precariza ainda mais as relações de trabalho, comentou Artur Henrique.

A UGT também destacará a importância de o próximo ministro do Trabalho tratar todas as centrais sindicais de forma igual, e pedirá que o governo tome medidas para qualificar a mão-de-obra nacional em vez de facilitar a entrada de trabalhadores estrangeiros no país.

O ex-ministro do Trabalho, Carlos Lupi, é presidente do PDT, partido ligado à Força Sindical. É um absurdo ter que **importar** mão-de-obra, criticou o presidente da UGT, Ricardo Patah.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Queda do juro forçará novo acordo da dívida de Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A redução da taxa de juro no Brasil exigirá uma mudança no acordo de renegociação das dívidas estaduais e municipais feito com a União em 1997, um dos marcos históricos da regularização das contas públicas no país. Os custos financeiros previstos nos contratos - com juros de 6% a 9%, mais correção pelo IGP-DI - durante muito tempo implicaram subsídios, mas, com os cortes da Selic, superam as taxas cobradas pelo próprio mercado. O governo está ciente do problema e a presidente Dilma Rousseff já disse a interlocutores que aceita negociar com os governadores as novas condições contratuais, desde que a agenda também inclua temas de interesse da União

Com queda da Selic, União pode rever dívida estadual

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

A redução da taxa de juro no Brasil exigirá uma mudança na renegociação das dívidas estaduais e municipais feita com a União, pois os custos financeiros previstos nos contratos - com juros que variam de 6% a 9%, mais a correção pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - já superam as taxas cobradas pelo próprio mercado. O governo está ciente do problema e a presidente Dilma Rousseff já disse a interlocutores que aceita sentar à mesa com os governadores para negociar as novas condições contratuais, desde que a agenda também inclua outros temas.

Dilma quer também o fim da guerra fiscal entre os Estados, com aprovação da unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), definir novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e um acordo sobre outros temas de interesse geral, como o Plano Nacional da Educação e a chamada PEC 300.

Como a mudança dos contratos de renegociação das dívidas implicará redução dos pagamentos mensais por parte dos Estados e municípios, Dilma deseja que os governos estaduais e as prefeituras se comprometam a aplicar a diferença em novos investimentos e não em gastos com o custeio da máquina. Ela quer que esse compromisso seja explicitado em lei, de acordo com as mesmas fontes.

Os senadores que lideram o movimento por condições financeiras mais favoráveis para Estados e municípios avaliam que não adianta mais apenas trocar o IGP-DI pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador dos contratos das dívidas estaduais e municipais renegociadas pela União.

A razão para isso é que os juros fixos previstos nos contratos (de 6%, 7,5% e 9% ao ano) já são maiores do que a taxa de juro real neutra prevista pelo mercado (5,5% ao ano) e, se acumulados com a variação do indexador, qualquer que seja ele, os custos financeiros dos contratos ultrapassam a taxa Selic.

A situação se torna ainda mais insustentável, de acordo com a mesma avaliação, se o Banco Central conseguir manter a taxa de juros em um dígito daqui para frente. "A situação econômica hoje é totalmente diferente daquela em que as dívidas foram renegociadas", diz o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). "Na época, as condições dos contratos eram favoráveis aos Estados e municípios. Hoje, a realidade mudou para melhor e tudo isso precisa ser revisto."

Lindbergh é autor de um projeto de lei que elimina o indexador e estabelece que os juros sejam iguais à Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6% ao ano. Os senadores Eduardo Braga (AM) e Luiz Henrique (SC) apresentaram projeto, que foi subscrito por toda a bancada do PMDB no Senado, corrigindo os débitos pelo IPCA, mais juros de 2% ao ano.

"A manutenção dos atuais custos financeiros dos contratos é totalmente incompatível com o desejo da presidente Dilma de que o Brasil tenha uma taxa de juro próxima dos demais países do mundo", disse Henrique.

A palavra de ordem dos senadores passou a ser: "Nem renegociar, nem repactuar. Refazer!" O projeto do senador Lindbergh, por exemplo, determina que a União faça uma nova renegociação de todos os débitos dos Estados, internos e externos, existentes até 31 de dezembro de 2010 e dívidas junto à Caixa Econômica Federal até 31 de dezembro de 2012.

O projeto de lei 335, apresentado pelos senadores Henrique e Braga, autoriza um abatimento de 20% dos saldos das dívidas renegociadas, desde que os recursos sejam usados para investimentos. O projeto, que já tem parecer favorável da senadora Ana Amélia (PP-RS), poderá ser colocado em votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado a qualquer momento.


Os projetos sobre mudanças nos contratos foram apresentados por senadores da própria base aliada da presidente Dilma. O presidente em exercício do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), disse que a mudança tem que ser imediata. "Se não mudar os Estados quebram", afirmou. Segundo Raupp, a proposta defendida por seu partido prevê a redução do custo financeiro para os Estados.

Para os governadores, o que interessa de imediato é a redução dos pagamentos mensais à União, que são obrigados a fazer por força dos contratos. Esses pagamentos variam de 11% a 13% da receita líquida real. "Ao mudar os termos dos contratos, estamos pensando na capacidade de pagamento dos Estados no longo prazo. Mas é preciso pensar também no

curto prazo e dar um alívio aos governadores", disse Lindbergh.

Por isso, o projeto do senador petista prevê que os limites para os pagamentos mensais sejam reduzidos em dois pontos percentuais. O **Governo Federal** aceita discutir essa alternativa, de acordo com as fontes consultadas. Mas a presidente Dilma Rousseff não quer esse alívio dos Estados seja transformado em mais gastos de custeio.

Para permitir a mudança nos contratos, o Congresso terá que alterar a lei complementar 101, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em seu artigo 35, a LRF proíbe que a União faça novos refinanciamentos. As lideranças políticas consultadas consideram que isso será inevitável, mas advertem que a alteração do artigo 35 será a única alteração a ser feita.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Exportação à Argentina já está em queda		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As **exportações** brasileiras para a Argentina caíram de forma expressiva em fevereiro, quando entraram em vigor as novas medidas protecionistas adotadas pela presidente Cristina Kirchner. As vendas para o país vizinho no mês passado cresceram 10,6%, mas, descontando-se energia elétrica, veículos e autopeças - estes protegidos pelo acordo automotivo bilateral -, recuaram 22,5%

Restrição argentina faz **exportação** cair 22%

Por Marta Watanabe e Rodrigo Pedroso | De São Paulo

A ampliação das medidas protecionistas pela Argentina desde fevereiro derrubou a **exportação** brasileira para aquele **mercado** em 22,5%, descontados dois itens: energia e automóveis. Os dados são da Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério** do **Desenvolvimento** (Mdic) e consideram a variação da média diária em relação a fevereiro de 2011. A **exportação** brasileira para o país vizinho somou US\$ 1,7 bilhão no segundo mês de 2012, o que significa, na média diária, elevação de 10,6% em relação a fevereiro do ano passado. O governo avalia, porém, que o valor total foi distorcido pela venda de energia elétrica aos argentinos.

Tirando apenas a energia da pauta de **exportação**, houve queda de 9,43% na média diária do valor **exportado** à Argentina, desempenho que contrasta com a elevação média diária de 13,3% na **exportação** do **Brasil** ao mundo inteiro no mesmo mês. Em fevereiro do ano passado, o país não vendeu energia aos argentinos.

Tatiana Prazeres, secretária de **Comércio** Exterior, diz que a redução reflete as dificuldades em razão das medidas protecionistas. "Segmentos que comumente não têm dificuldades com barreiras argentinas começaram a se manifestar, como o de carnes suínas e o de **produção** de papel."

Segundo a Secex, a **exportação** de carne suína para o país vizinho em fevereiro somou US\$ 1,5 milhão, com queda de 81,5% sobre o mesmo mês de 2011. Entre os produtos da indústria papelreira que apresentaram redução no valor embarcado em fevereiro estão o papel e cartão para escrita,

que tiveram queda de 37,3%, e o papel e cartão kraft, com redução de 20,7%. Segundo Tatiana, as dificuldades foram levadas à autoridade argentina com quem o governo brasileiro mantém contato constante. Os números mostram outros produtos afetados, como calçados, produtos têxteis e chocolates (ver tabela).

Para José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB), o desempenho da **exportação** sem a energia elétrica e os automóveis mostra a influência das novas medidas. "O setor automotivo demora para ter **exportações** mais afetadas porque há muita integração entre as fábricas mantidas pelas montadoras nos dois países." Uma **exportação** menor para a Argentina, diz, significa também menor **importação** brasileira de carros argentinos e também menor ocupação e emprego no país vizinho.

Desde fevereiro o governo argentino dificultou a **importação** ao adotar, além das licenças não automáticas que já vinha aplicando, a exigência de uma declaração jurada, documento no qual o **importador** argentino declara os desembarques que pretende fazer em determinado período.

Sem muitas dificuldades para vender aos argentinos até janeiro, o setor de carne suína viu o cenário mudar no mês seguinte. Levantamento da Associação Brasileira da Indústria Produtora e **Exportadora** de Carne Suína (Abipecs) registrou queda de 85% no volume **exportado** para a Argentina após a medida protecionista. Em fevereiro de 2011 o setor vendeu 3.183 toneladas para o país vizinho. No mesmo mês deste ano, o volume não passou de 478 toneladas. Em janeiro, os argentinos compraram 4,27 mil toneladas, um aumento de 18,6% em relação a janeiro de 2011.

A queda abrupta levou o setor a se reunir, no começo de março, com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho. "Reclamamos ao governo brasileiro, que deve ir nesta semana a Buenos Aires para tentar acelerar as licenças," afirma o presidente da Abipecs, Pedro de Camargo Neto. A retenção de produtos na fronteira e a dificuldade em entrar na Argentina vinham ocorrendo há alguns meses, conta. Fevereiro, porém, surpreendeu. "Não **exportamos** quase nada, pois o


mercado está praticamente fechado. Nunca tinha acontecido nesse porte."

"Está um caos **exportar** para a Argentina", diz Heitor Klein, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados). "Os **exportados** não conseguem informações sobre como obter documentos. Não se sabe se é preciso fazer primeiro a declaração jurada ou licença, por exemplo." Segundo dados da entidade, desde o início de janeiro não houve liberação de nenhuma licença programada para o período. As licenças que foram concedidas em 2012 ou os embarques realizados, explica, se referem a períodos anteriores.

Para Rodrigo Branco, economista da Fundação Centro de Estudos do **Comércio** Exterior (Funcex), a política argentina para tentar reduzir desembarques resulta de um problema maior que o **comércio** exterior. Sem poder captar crédito no **mercado** internacional desde 2001, quando deu o calote na dívida, a Argentina tem dificuldades em captar investimento estrangeiro direto para fechar a balança de pagamentos, deficitária. Somado a isso, a balança de serviços também vem fechando no vermelho, com mais **dólares** saindo do que entrando no país. "O governo está engessado nessa área. Uma das únicas formas em que eles podem mexer para equilibrar as contas é o **comércio** exterior", afirma Branco.

No ano passado, os argentinos obtiveram superávit comercial de US\$ 10,3 bilhões. Não fosse o Brasil, a conta ficaria mais azul. Em 2011 os argentinos tiveram déficit de US\$ 5,8 bilhões no **comércio** bilateral. Por isso, as medidas atuais são uma estratégia da Casa Rosada para manter em 2012 o superávit do ano passado. "A balança de pagamentos deficitária causa a redução das reservas internacionais, que já caiu nos últimos anos e hoje está perto de US\$ 48 bilhões", diz. O Brasil, por exemplo, tem reservas em torno de US\$ 350 bilhões.

Na quinta-feira o governo argentino anunciou a liberação, em 15 dias, das **importações** presas desde agosto, por conta de licenças não automáticas vencidas e sem renovação. Segundo o diretor de relações institucionais da Câmara dos **Importadores** da Argentina (Cira), Miguel Ponce, a comunicação foi feita pela Secretaria de **Comércio** Exterior na quinta, quando a fábrica argentina da Fiat iniciou paralisação de **produção** até hoje, por falta de insumos. Segundo Ponce, a liberação deverá sanar 90% dos problemas de suprimento da indústria. Os 10% restantes, segundo ele, são relacionados à apresentação da declaração jurada exigida desde fevereiro. Ponce frisou que a liberação anunciada não está relacionada com a nova norma. (Colaborou César Felício, de Buenos Aires)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Fabricantes de semicondutores devem crescer menos em 2012, mostra pesquisa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fabiana Monte

Executivos do setor de semicondutores estão mais conservadores em relação ao crescimento do mercado em 2012. Esta é uma das conclusões da edição mais recente uma pesquisa realizada pela consultoria KPMG. Segundo o levantamento, 26% dos entrevistados esperam que a receita cresça de 6% a 10% neste ano. Na edição anterior da pesquisa, 39% das respostas apontavam esse prognóstico.

"Com a Europa ainda em crise e um ritmo de crescimento econômico tímido nos Estados Unidos, os executivos têm menos confiança", afirma Marcelo Gavioli, sócio da KPMG no Brasil.

Em relação à rentabilidade, os entrevistados estão mais otimistas, indica o estudo, devido, principalmente, a corte de custos.

A maior parte dos entrevistados (30%) projeta aumento de até 5% nos lucros, contra 28% na edição anterior. Outros 21% apostam em uma lucratividade de 6% e 10% maior e 14% apontam alta de 10%.

A pesquisa, realizada entre outubro e dezembro de 2011, ouviu 155 líderes do setor. Metade representa empresas com receita acima de US\$ 1 bilhão e 16% maior que US\$ 10 bilhões. Semicondutores são a base para componentes eletroeletrônicos, usados em equipamentos como computadores, celulares, TVs, sistemas eletrônicos. Samsung, Sony, Intel e Nec são algumas das empresas do setor.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO A ministra e a biodiversidade :: Fabio Feldmann Consultor em sustentabilidade		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Continua a discussão sobre o novo Código Florestal. O Senado modificou a proposta da Câmara dos Deputados e agora cabe a esta escolher entre um e outro, valendo ressaltar que, regimentalmente, o espaço de manobra é muito menor. O projeto da Câmara, aprovado por expressiva maioria, reflete a assimetria de forças daquela Casa, sendo incontestável se reconhecer que o mesmo não pode vingar.

O texto do Senado, ainda que apresente problemas sérios, que vão desde dificuldades de interpretação até riscos à biodiversidade e aos ecossistemas, representa um avanço significativo e um equilíbrio maior entre as posições dos ruralistas e ambientalistas. Além disso, o texto reflete um "acordo" entre as várias posições, de modo que era de se esperar que a sua tramitação na Câmara fosse mais tranquila.

No atual momento, fatores conjunturais, a exemplo da insatisfação do PMDB em relação à composição do governo, estimulam a bancada ruralista a se insurgir contra o texto do Senado, colocando lenha na fogueira. Caso a Câmara opte pelo seu texto, a presidente Dilma não terá como deixar de vetá-lo, criando um impasse político de graves consequências. A partir daí, o Congresso Nacional poderá manter ou não o veto presidencial.

Alguns defendem a edição de uma medida provisória, o que aumentaria o mal-estar, até mesmo pela recentíssima decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A reconsideração do Supremo Tribunal Federal, sobre a constitucionalidade da criação do Instituto Chico Mendes, evita

um conflito que certamente surgiria sobre a decretação de Unidades de Conservação pelo Executivo, uma vez que tramitam no Congresso Nacional várias iniciativas a esse respeito.

Defendo mudanças no processo de consulta pública sobre a criação de novas Unidades de Conservação, nos moldes do processo paulista de tombamento, o que permitiria um processo mais eficaz e democrático.

No modelo paulista, o Condephaat publica o que pretende, em detalhes, dando à sociedade um prazo de "impugnação. Com isso, equívocos podem ser corrigidos e há mais segurança jurídica quanto à decisão do órgão.

A ministra Izabella Teixeira tem exercido um papel muito relevante nas negociações do Código Florestal e, ao participar do Jornal das 10 da Globo News na última quarta-feira, fez questão de assinalar que as decisões dependem sempre da capacidade de encontrar convergências no Congresso Nacional.

Certamente, tais convergências exigem uma reformulação da agenda ambiental brasileira que contemple instrumentos econômicos e a licitação sustentável. Com isso, teremos possibilidade de avançarmos concretamente ao invés de ficarmos lutando contra o retrocesso e o atraso.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Entrevista Humberto Barbato		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)

"Com esse câmbio, o Imposto de Importação quase desapareceu"

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, tem agendada para hoje uma conversa com o ministro Fernando **PIM**entel, do **Desenvolvimento**.

Vai discutir a possibilidade de desonerar a folha de pagamento das empresas **exporta**doras de produtos elétricos, apenas sob a parcela **exporta**da, o que, diz Barbato, já ajuda na competitividade de itens que requerem muita mão de obra.

Na pauta da reunião estão também medidas que possam fazer com que operadoras de telecomunicação comprem mais produtos no **Brasil** e menos na China. O incentivo seria a possibilidade de reduzir a contribuição para fundos específicos da área.

Com o patamar que a moeda brasileira atingiu, o Imposto de **Importa**ção praticamente desapareceu para muitos produtos, afirma o executivo. A taxa de juros de um dígito, avalia, não é suficiente para provocar movimentos mais expressivos de vendas, mas ajuda na tarefa de reduzir a atratividade do país ao capital especulativo, diminuindo a entrada de **dóla**res e evitando maior valorização do real.

Qual o impacto da redução da taxa de juros para a indústria elétrica e eletrônica?

Espero que a repercussão seja atrair menos capital especulativo a cada dia. Para o financiamento do consumo não muda tanto, o consumidor vai pelo tamanho da parcela.

Qual o efeito da valorização do real?

O impacto é a desindustrialização. A receita das empresas subiu, mas a **produ**ção não.

Há muito produto **importa**do. Com a moeda muito valorizada o Imposto de **Importa**ção praticamente desapareceu. A indústria elétrica é a grande prejudicada.

Quais medidas a Abinee defende para melhorar o desempenho dessas empresas?

Vamos pedir a desoneração da folha de pagamento para empresas que **exporta**m produtos elétricos, só sobre a parcela que é **exporta**da. Também vamos propor medidas que incentivem as operadoras de telecomunicações a comprarem seus equipamentos no Brasil, as companhias que priorizarem a compra local teriam isenção na contribuição de um fundo da área. Já que não temos como competir com a China, precisamos dar benefícios para incentivar a compra local.

Rita Karam



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO Secretário da Rio+20 teme que crise e eleições afetem acordos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, demonstrou preocupação na sexta-feira com a crise econômica internacional e eleições em países como os EUA que poderiam comprometer o avanço das negociações na conferência que ocorrerá em junho, no Brasil.

Zukang lembrou que países como os EUA e a França passarão por eleições neste ano, o que pode diminuir o engajamento de chefes de Estado.

Reuters

	VEÍCULO O GIRASSOL	EDITORIA	
	TÍTULO Ipem-TO irá debater nesta terça a certificação de produtos regionais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL


Certificar e agregar valor econômico aos produtos que utilizam matéria-prima da **Amazônia**, e que tenham todo ou parte do processo produtivo instalado na região, tais como: biojoias, biocosméticos, fitoterápicos, entre outros. Para consolidar a entrada do Tocantins no Comitê Selo Amazônico através do Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins (Ipem-TO) será realizada nesta terça-feira, 13, reunião na Sala de Reuniões do Palácio Araguaia, às 9h. Com a participação de órgãos públicos estaduais e da iniciativa privada.

A proposta de certificação visa atender exigências do **mercado** interno e externo e agregar valor econômico. Sendo um programa idealizado pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** e executado pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**). O programa é executado em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia e Tecnologia (Inmetro).

“É preciso valorizar a **produção regional**, o que é nosso. E, sem dúvida alguma com o Tocantins compondo o comitê do Selo Amazônico teremos o que é nativo valorizado”, enfatiza o presidente o Ipem-TO, Parrião Júnior.

Em novembro do ano passado, o presidente do Ipem-TO esteve na **Fucapi** para conhecer o programa. E, em fevereiro deste ano, o diretor da Qualidade do Inmetro, Alfredo Lobo, disse que o órgão está dedicado a colaborar com a consolidação do Programa.

Em nível **regional**, o Selo Amazônico já consolidou parceria com os Ipens do Pará, Amapá, Rondônia e **Amazonas**.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Entidades da indústria de <u>Manaus</u> dizem que salários e condições são regulares		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cieam e Sinaees defendem que o trabalhador da indústria tem benefícios significativos.

Manaus - O presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco e o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do **Amazonas** (Sinaees/AM), Celso Piacentini defenderam que a carga horária excessiva e os baixos salários ofertados pelas empresas do Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) aos trabalhadores não são problemas constantes.

“As empresas podem ter excedido a carga horária permitida por conta do aumento de encomendas feitas em datas como o Dia das Mães. Ao invés de aumentar a capacidade, o número de trabalhadores, a empresa estabelece a hora extra. Ninguém faz hora extra sem precisar”, explicou.

Na reportagem publicada no Portal D24AM, várias entidades trabalhistas protestaram contra as condições de trabalho dos funcionários do **PIM**, chegando a mostrar que a situação chega a ser semelhante ao que ocorre na China.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas** (Sindmetal-AM) somando-se o tempo que o trabalhador passa no caminho até o local de trabalho e de lá até sua casa, o tempo gasto chega as 14 horas. Essa é a média de tempo em que um trabalhador da chinesa Foxconn passa dentro da empresa.

Quanto aos salários pagos no **PIM**, onde quase 40% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo e meio (entre R\$ 622 e R\$ 933), conforme indicadores da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), Wilson Périco disse tratar-se de um dos valores mais altos do

País. Na empresa Foxconn, denúncias levaram indústria a elevar o rendimento mensal de seus trabalhadores para US\$ 400, cerca de R\$ 700. “Tem que levar em conta que as fábricas de **Manaus** oferecem transporte, três refeições e creche. É um pacote que vai além do salário”, disse Périco.

Em 2011, a **Superintendência Regional** do Trabalho e Emprego (SRTE-AM) autuou 184 empresas com 482 ações por questão de segurança. Périco e Piacentini afirmaram que a maioria das empresas segue as normas e investe em segurança do trabalho.

Para o coordenador de Combate a Irregularidades no Ambiente de Trabalho do **Ministério** Público do Trabalho (MPT), Jorsinei Dourado, o governo e a **Suframa** precisam reavaliar a importância dada à qualidade dos empregos gerados no **PIM**. “É revoltante que empresas que se instalam no **Amazonas**, ganhando incentivos fiscais, tratem seus trabalhadores assim. Isso precisa ser reavaliado, pois não **importa** criar vagas de trabalho, se o empregado ficará doente e amanhã estará incapacitado para trabalhar”, alerta.

Em uma indústria de termoplásticos que possui quatro fábricas no Brasil, na unidade do **Amazonas** foram encontradas as piores condições de trabalho.